

Seminário Acessibilidade e Inclusão: expressão da Cidadania promovido pelo Tribunal de Contas da União - TCU, Brasília, 20 de setembro de 2017

Participação de Teresa Costa d'Amaral , superintendente do IBDD - Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência

POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

Estamos em um momento de desesperanças, já não acreditamos existirem políticos e políticas públicas que pensem na nação brasileira como um país de igualdade e justiça social, mas sabemos ainda que políticas consistentes e duradouras são essenciais para a construção de um país mais justo e democrático.

Sempre me pergunto por que políticos brasileiros pensam o contrário. Em geral sua aspiração não é servir ao povo, não é querer fazer do Brasil um país menos desumano. A carreira fácil, o sucesso pessoal, a satisfação garantida pelos bajuladores identificam aqueles que buscam o poder pelo poder. Quando a grande maioria dos representantes do povo quer apenas construir poder pessoal não há país que a eles sobreviva.

Não houve no Brasil desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a área social que tenham sido estruturantes e bem sucedidas, que tenham se tornado permanentes e que definitivamente tenham mudado o país em suas áreas. A grande maioria dos brasileiros vive à margem da sociedade pela falta de acesso a seus direitos básicos de cidadão, principalmente saúde e educação, imprescindíveis para uma vida digna. Entre as minorias, a exclusão da pessoa com deficiência é a mais radical, e o fato de termos construído, a partir da Constituição de 1988, uma excelente legislação voltada para seus direitos não resultou no desenvolvimento de políticas públicas capazes de garantir-lhes cidadania.

É necessário tecer um diagnóstico, apontar os pontos de bloqueio existentes, e a partir daí traçar um plano de ação baseado no desenvolvimento de políticas públicas estruturantes, e que respeitem as características de intersectorialidade que a questão da pessoa com deficiência exige. Vou mais além, proponho que enfrentemos de saída dois problemas cruciais: a prevenção de deficiências e a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Se desenvolvermos políticas públicas que provoquem mudanças estruturais nessas duas áreas, poderemos iniciar uma reversão duradoura do atual cenário.

Acabando com a precariedade de políticas de saúde para atenção ao pré-natal e ao parto e desenvolvendo atendimento adequado de saúde e reabilitação, evitaríamos que mais e mais pessoas tenham deficiências. Por outro lado, a execução de plano estruturado de superação das dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, ditadas pelo preconceito e pela falta de formação, poderia significar maior contingente brasileiro de força de trabalho. Estaríamos também gerando, em curto prazo, diminuição das responsabilidades financeiras dos governos e maior participação das pessoas com deficiência em sua construção econômica. Imprescindível complementar essa proposta de intervenção com a execução de políticas consistentes também em educação e acessibilidade, formando-se assim o núcleo de possibilidade de sucesso dessa proposta.

A implementação de um plano com essa base inicial em poucos anos certamente pagar-se-ia a si mesma e resultaria em uma política de inclusão social duradoura para as pessoas com deficiência, que vergonhosamente ainda não têm cidadania brasileira plena.

Teresa Costa d'Amaral